

Nota Técnica 20 - Impacto do Programa Bolsa Família na Percepção Econômica e Poder de Compra em Tempos de Inflação de Alimentos

Sergio Kelner Silveira¹

Luís Henrique Romani Campos²

A Pesquisa Atlas investigou as nuances da percepção econômica entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no contexto atual, marcado por desafios econômicos e inflacionários. Realizada pela empresa de mesmo nome, entre 3 e 5 de março de 2024, a pesquisa aborda não apenas a aprovação presidencial e a avaliação do governo em diferentes áreas, mas se aprofunda especificamente na situação econômica das famílias e suas expectativas futuras. Ao comparar as visões de quem recebe e não recebe o auxílio do PBF são apontadas as diferenças na percepção da situação do país, da família e do emprego, revelando o impacto das políticas de assistência social na vida população vulnerável.

A Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), analisou a pesquisa e introduziu, para efeitos de comparação, o indicador Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE), desenvolvido para avaliar a capacidade do benefício do PBF de atender às famílias vulneráveis frente às necessidades básicas de alimentação. Este indicador serve para entender, em parte, a eficácia das políticas públicas no combate à pobreza e à fome, especialmente em um período de aumento dos preços dos itens essenciais. Através da análise de dados coletados em várias cidades brasileiras, exploramos as variações regionais do PCE e suas implicações para a segurança alimentar e a estabilidade econômica das famílias beneficiárias.

1. A percepção de beneficiários e não beneficiários do PBF quanto a situação econômica atual

A empresa Atlas realizou pesquisa entre 3 e 5 de março de 2024 para medir a aprovação presidencial a avaliação do governo a avaliação por área de atuação, situação econômica e expectativas e a imagem de líderes políticos.

Segmentamos a análise para Avaliação da situação econômica atual comparando a percepção de beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família sobre diferentes aspectos: a situação do Brasil, a situação da família e a situação do emprego. Cada uma dessas categorias é avaliada como "Boa", "Normal" ou "Ruim".

Foram aferidos os seguintes percentuais fornecidos para cada categoria:

Situação do Brasil:

Os beneficiários do Bolsa Família têm uma visão menos negativa da situação do Brasil em comparação com os não beneficiários, com 46,2% classificando-a como "Ruim", contra 55,2% dos não beneficiários. A percepção positiva ("Boa") também é menor entre os não beneficiários (23,8%) do que entre os beneficiários (41,2%).

Situação da família:

¹ Economista, Fundação Joaquim Nabuco. sergio.kelner@fundaj.gov.br

² Pesquisador Titular. Fundação Joaquim Nabuco.
luis.campos@fundaj.gov.br

Em relação à situação da família, os beneficiários do programa têm uma percepção mais positiva do que os não beneficiários. 21,9% dos não-beneficiários e 23,5% dos beneficiários avaliando-a como "Boa". No entanto, uma porcentagem significativa de ambos os grupos a classifica como "Ruim" (38,1% dos beneficiários e 32,6% dos não beneficiários).

Situação do emprego:

A percepção da situação do emprego é claramente mais negativa entre os beneficiários do Bolsa Família, com 82,1% a considerando "Ruim", em comparação com 49,3% dos não beneficiários. Apenas 7,7% dos beneficiários têm uma visão "Boa" do emprego, em oposição a 22,8% dos não beneficiários.

Os indicadores fornecem uma visão interessante sobre como os beneficiários do Bolsa Família percebem suas circunstâncias em comparação com aqueles que não recebem o benefício. Em geral, os beneficiários tendem a ter uma visão mais negativa do emprego e uma visão ligeiramente mais positiva da situação da família. A situação do Brasil é vista negativamente por uma grande proporção de ambos os grupos, mas os não beneficiários são mais pessimistas nesta categoria.

Esses dados podem refletir as condições socioeconômicas dos beneficiários do Bolsa Família, que provavelmente dependem mais diretamente do programa devido à falta de emprego ou à inadequação dos rendimentos extras, geralmente de natureza informal, para cobrir as necessidades básicas. Por outro lado, a percepção um pouco mais positiva da situação da família entre os beneficiários pode sugerir que o programa está tendo algum impacto positivo na vida familiar dos participantes, considerando sua situação de vulnerabilidade.

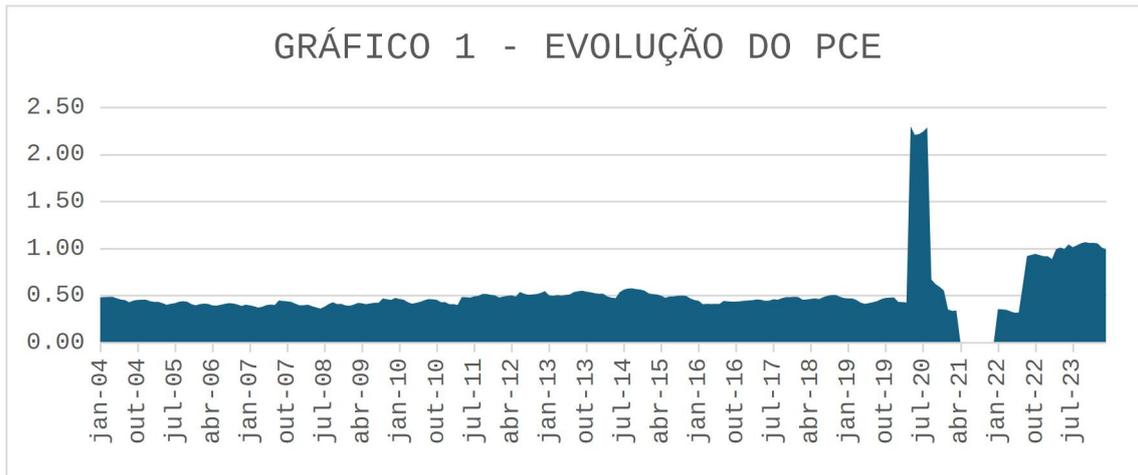
É importante considerar que a percepção da situação capturada pela Atlas pode ser influenciada por muitos fatores, incluindo condições econômicas locais, cobertura da mídia, experiências pessoais e o contexto político mais amplo. Estes resultados poderiam ser utilizados para reanalisar políticas públicas, focando em melhorar a situação do emprego e oferecendo mais apoio às famílias que dependem de programas de assistência social.

2. A inflação da cesta básica e o poder de compra

O Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE) é um indicador desenvolvido pelo Núcleo de Inovação Social em Políticas Públicas - NISP que relaciona o valor médio da cesta básica com o valor médio recebido por famílias do Programa Bolsa Família. Um PCE de 1 indica que o benefício recebido é suficiente para adquirir uma cesta básica, refletindo a capacidade do benefício de cobrir as necessidades básicas em um contexto de inflação dos itens essenciais.

Para calcular o PCE pesquisou-se os valores mensais dos gastos com a cesta básica calculada pelo DIESSE e valores médios mensais dos benefícios do Programa Bolsa Família (PBF) fornecidos pela SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

O gráfico 1 analisa a evolução do PCE desde a origem do PBF, em janeiro de 2004, até fevereiro de 2023.



Podemos notar as seguintes tendências no período analisado:

- i. 2004 a 2013 - Estabilidade com leve tendência de diminuição: Nos primeiros anos, o PCE se mantém em torno de 0,4 a 0,5, indicando que o benefício do Bolsa Família representava menos da metade do valor da cesta básica. Isto sugere que o poder de compra do benefício era insuficiente para cobrir o custo total da cesta básica.
- ii. Abril de 2020 - Pico Anômalo: Existe um pico significativo no valor do PCE em abril de 2020, que salta para 2,30. Isso é um claro indicador de uma anormalidade, que foi causada por uma situação excepcional como uma resposta de emergência à crise resultante da pandemia de COVID-19. Teve como efeito um aumento temporário e substancial dos benefícios.
- iii. 2021 - Sem dados: Há uma lacuna de dados entre abril de 2021 e dezembro de 2021, o que impossibilita uma análise precisa para este período.
- iv. 2022 a 2024 - Aumento progressivo do PCE: A partir de janeiro de 2022, nota-se um aumento gradual no PCE, culminando com valores acima de 1,00 a partir de março de 2023. Isso indica que o valor do benefício é suficiente ou até excede o valor da cesta básica, o que seria uma melhoria significativa na capacidade do benefício de cobrir as necessidades básicas.

Esta análise mostra que, com exceção de um pico anômalo em 2020, o poder de compra do benefício do Bolsa Família em relação ao custo da cesta básica parece ter melhorado nos últimos anos, especialmente a partir de 2022. É importante notar que variações no PCE podem ser causadas pelo valor do benefício.

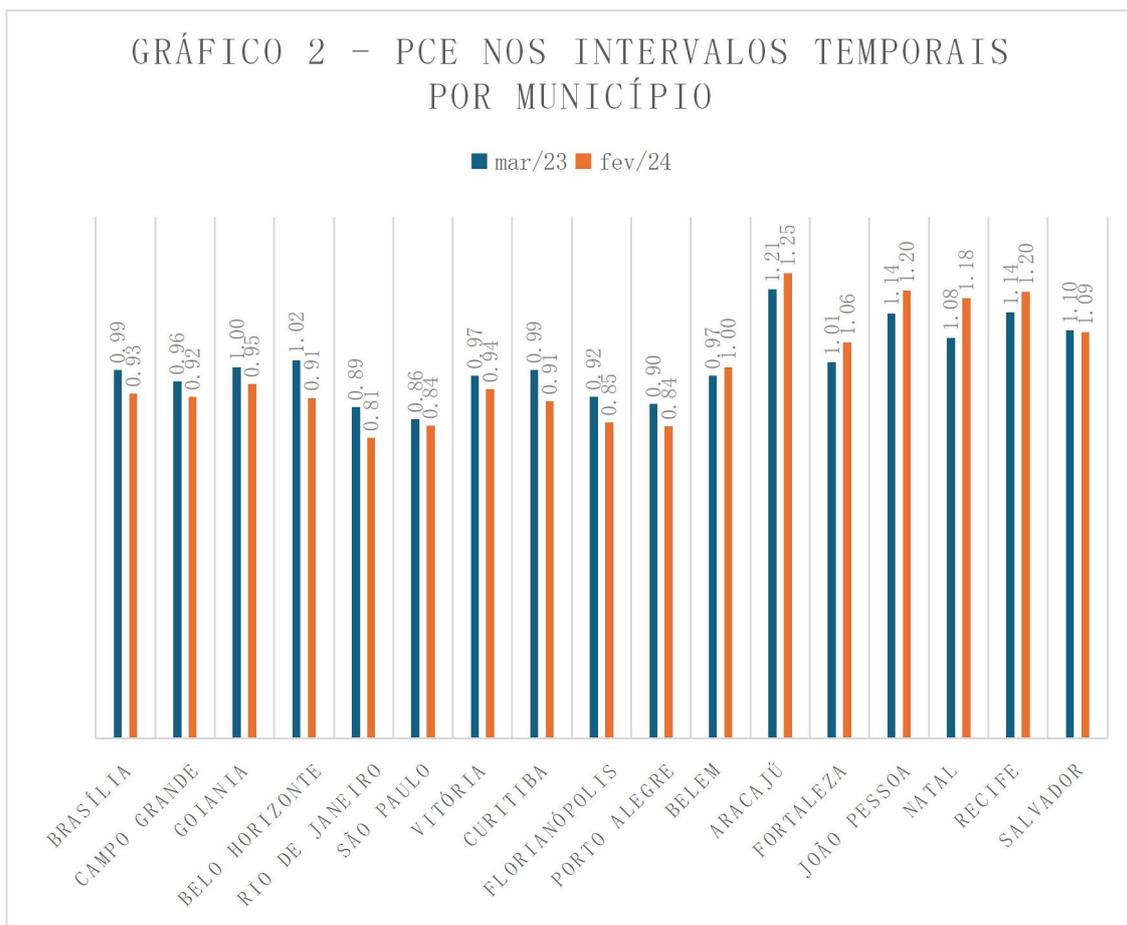
3. Impactos a partir do “Novo Bolsa Família”

O cálculo do Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE) emerge como um instrumento importante na análise da eficácia de políticas públicas voltadas ao combate à pobreza e à fome, particularmente no contexto do Programa Bolsa Família (PBF), uma das principais iniciativas de transferência de renda no Brasil. Este indicador proporciona uma avaliação concreta da relação entre o valor médio do benefício concedido às famílias participantes do PBF e o custo de uma cesta básica. A relevância desse cálculo reside em diversas dimensões, tanto para a formulação quanto para a avaliação de políticas públicas.

Analisando o gráfico 2 abaixo, temos uma comparação do Poder de Compra Equivalente em Cestas Básicas (PCE) entre várias cidades brasileiras para os meses de março de 2023 e fevereiro de 2024. O Gráfico 1 abaixo mostra os valores calculados para 17 das capitais brasileiras localizadas nas cinco regiões geográficas, para o período analisado. O eixo horizontal lista as cidades, enquanto o eixo vertical representa o valor do PCE, com uma linha de referência no valor de 1, que é o ponto em que o benefício do Programa Bolsa Família iguala o custo de uma cesta básica. Os valores sobre as barras representam o PCE específico para cada cidade e mês.

Neste gráfico, podemos ver que a maioria das cidades apresenta um PCE abaixo de 1 em março de 2023, o que sugere que o valor médio do benefício do Programa Bolsa Família era menor que o custo da cesta básica nesse período. No entanto, ao contrário do que foi indicado anteriormente, em fevereiro de 2024, algumas cidades como Belém, Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Natal, Recife e Salvador exibem um PCE acima de 1, indicando que o benefício recebido supera o custo da cesta básica, uma melhora significativa em relação ao ano anterior.

A cidade de Belém se destaca com o maior PCE em fevereiro de 2024, com um valor de 1,25. Isso indica que o benefício recebido pelas famílias do Programa Bolsa Família em Belém é 25% maior do que o custo de uma cesta básica, proporcionando uma margem de segurança para a compra de alimentos.



Fonte: Dieese (2024); MDS (2024)

Por outro lado, cidades como Brasília, Campo Grande e Goiânia, apesar de apresentarem melhorias em fevereiro de 2024 em comparação com março de 2023, ainda têm um PCE abaixo de 1, embora a defasagem seja relativamente pequena. Isso significa que, embora haja uma aproximação do benefício com o custo da cesta básica, ainda não é suficiente para cobrir totalmente as necessidades básicas de alimentação nessas localidades.

É importante notar a melhora geral do PCE em fevereiro de 2024 em relação a março de 2023, refletindo um potencial aumento no valor dos benefícios e/ou uma estabilização ou diminuição nos custos da cesta básica. Este gráfico reforça a importância de se monitorar o PCE como um indicador dinâmico, que pode refletir as mudanças econômicas e a eficácia das políticas públicas de assistência social ao longo do tempo.

Também é possível ver a questão sobre o prisma da inflação. Na tabela abaixo apresentamos o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) que possui em sua ponderação o perfil de escolhas de famílias de até 5 salários mínimos, logo o mais próximo possível do perfil de beneficiários do Bolsa Família. O índice é o acumulado nos últimos 12 meses encerrados em fevereiro de 2024. Os municípios ou Regiões Metropolitanas com menor inflação acumulada são, na ordem: Recife, São Luís e Salvador. Já os municípios com o menor nível de inflação acumulada em alimentação são: São Luís, Aracaju e Porto Alegre. Estes dados reforçam a análise que a melhoria capacidade de compra do Bolsa Família influencia na percepção da população como com está a situação do país.

Tabela 1 – INPC acumulado nos últimos 12 meses (Fevereiro/2024)

Região Metropolitana / Município	INPC	Índice de Alimentação
Belém (PA)	5,24	3,68
Fortaleza (CE)	4,8	3,21
Recife (PE)	2,98	0,93
Salvador (BA)	3,08	1,39
Belo Horizonte (MG)	5,25	3,95
Grande Vitória (ES)	3,28	0,9
Rio de Janeiro (RJ)	3,75	2,82
São Paulo (SP)	3,28	2,27
Curitiba (PR)	4,13	1,79
Porto Alegre (RS)	3,73	0,88
Rio Branco (AC)	4,91	2,57
São Luís (MA)	3,04	0,48
Aracaju (SE)	3,85	0,61
Campo Grande (MS)	4,43	1,8
Goiânia (GO)	3,92	2,21
Brasília (DF)	3,83	2,07
Brasil	3,86	2,24

Fonte: IBGE.

A análise desses dados é essencial para entender a distribuição geográfica da suficiência do benefício e para informar decisões políticas que visem a garantir a segurança alimentar das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em todo o Brasil.

4. Considerações

O PCE, quando observada sua evolução desde janeiro de 2004 até março de 2020, mostra que a média atingida foi de 0,45, com variação de + ou – 10% em torno dessa média. Esse valor assegurava gasto de 45% do valor da cesta ao longo desse período. A pandemia foi evento um divisor importante para o PBF e para as expectativas dos beneficiários, que passaram a receber, na vigência do Auxílio Emergencial, 4 vezes mais que a média anterior. Essa transformação e a pressão que se formou em torno do governo anterior levou, com o fim do Auxílio Emergencial, o valor médio do benefício a mais que dobrar em relação ao período de 2004 até 2020. Essa política foi ampliada no governo atual, com adição de outros benefícios. Esse processo influenciou positivamente a percepção dos beneficiários no início desta gestão, mas pela pesquisa Atlas esta noção vem se deteriorando. O que será que mudou?

Percepção da Situação Econômica Atual:

Situação do Brasil: Beneficiários do PBF têm uma visão menos negativa do que não beneficiários, o que pode ser interpretado como um reflexo do suporte financeiro que recebem, atenuando sua percepção negativa da economia em geral. No entanto, ainda é uma visão predominante negativa.

Situação da Família: Os beneficiários apresentam uma visão mais positiva da situação da família. Esse aspecto mais positivo pode ser atribuído ao impacto direto do benefício em suas vidas diárias, e o PCE demonstra que houve essa melhora.

Situação do Emprego: A percepção extremamente negativa do emprego por beneficiários do PBF é preocupante e sugere que, apesar da ajuda financeira, o emprego permanece uma área de grande desafio. Dois indicadores do mercado de trabalho podem ser observados para cotejar com a percepção dos eleitores. Trata-se da taxa de desocupação e da taxa de participação no mercado de trabalho, que estão apresentados na segunda tabela. O Nordeste é a região com a pior situação, com desemprego maior e baixa taxa de participação. Apesar disso não é a região com a pior percepção da situação do emprego. Contudo, ao contrário de outras regiões, como o Sul e o Centro-Oeste, o Nordeste tem piora na percepção dos eleitores.

Tabela 2 – Taxa de Desocupação e Taxa de Participação no mercado de trabalho – Brasil e Regiões – Quarto Trimestre de 2023.

Brasil e Grande Região	Desocupação	Participação
Brasil	7,4	62,2
Norte	7,7	60,3
Nordeste	10,4	54,2
Sudeste	7,1	65,2
Sul	4,5	66,1
Centro-Oeste	5,8	67,8

Fonte: IBGE

Inflação da Cesta Básica e Poder de Compra (PCE):

Varição do PCE: A variação do PCE entre março de 2023 e fevereiro de 2024 mostra uma melhoria geral, com algumas cidades alcançando um PCE superior a 1. Isso sugere que o benefício do PBF tornou-se suficiente para cobrir o custo da cesta básica em algumas áreas, potencialmente refletindo um aumento no valor dos benefícios e uma estabilização/diminuição do custo dos itens essenciais.

Diferenças Regionais: A melhoria em algumas regiões e não em outras sugere disparidades regionais na eficácia do PBF que podem estar relacionadas com as diferenças na inflação local de alimentos, variações no custo de vida ou diferenças na administração local do programa. As capitais da Região Nordeste têm todas PCE acima de 1, com aumento ou estabilidade no poder de compra da cesta básica. Belém apresentou PCE de 1 com ligeira melhora no período estudado. Enquanto as capitais das outras regiões apresentam queda no PCE e refletem a inflação de alimentos de forma mais intensa, com variações entre elas, mas demarcam uma diferença importante

Impacto do PBF nas Percepções: Os dados sugerem que, onde o PCE é maior (indicando suficiência do benefício para cobrir a cesta básica), a percepção da situação econômica pode ser menos negativa. Isso é visível quando comparado a percepção da situação do Brasil dos beneficiários com o aumento do PCE em algumas cidades. No entanto, ainda existe uma percepção negativa considerável, mostrando que o PBF sozinho pode não ser suficiente para mudar a visão geral da economia ou do emprego.

Percepção Regional e PCE: Pode haver uma relação entre a percepção da situação econômica por região e os valores do PCE. Regiões com PCE mais altos podem ter uma percepção mais positiva da situação econômica, o que pode ser explorado em análises mais detalhadas.

Emprego: se constitui no maior problema para os beneficiários do PBF. 82% atribuem a situação como sendo ruim. O benefício atenua, mas não resolve o problema. Não há um corte regional dessa avaliação na pesquisa o que impede fazer uma análise cruzada com o comportamento da evolução do PCE.

O PCE não é um indicador oficial do governo, nem há evidências diretas que a população beneficiária utiliza o benefício para compra exclusiva de alimentos. Mas pode ser utilizado como referência, inclusive considerando que o governo federal procura formas para conter a inflação dos alimentos³. Um redesenho de programas federais que contribuam para à redução da insegurança alimentar podem considerar o PCE como indicador de eficácia das ações e, principalmente, desenho coordenado dessas iniciativas.

Por fim, a análise revela que enquanto o PBF tem um impacto positivo na percepção da situação da família e pode influenciar a percepção da situação econômica onde o PCE é alto, questões como emprego requerem abordagens adicionais, que vão além da assistência direta. A eficácia do PBF, indicada pelo PCE, é variável regionalmente, o que sugere a necessidade de políticas adaptadas às condições econômicas locais para assegurar a efetividade na mitigação

³ <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/03/15/governo-tenta-conter-os-precos-dos-alimentos-que-sobem-acima-da-inflacao-e-afetam-popularidade-de-lula.ghtml>

da pobreza e na promoção da segurança alimentar. O mais importante é redesenhar políticas que estejam centradas na combinação redução da fome com geração de emprego, este último envolvendo recursos adicionais. Essa combinação poderá dar um novo perfil ao Bolsa Família.